



REFLEXÕES INICIAIS ACERCA DO EPISTEMICIDIO NA PSICOLOGIA

Nilson Lucas Dias Gabriel, (Bolsista CAPES), mestrando do Programa de Pós-graduação em Psicologia, participante do Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisa em Fenomenologia e Existencialismo (LIEPPFEX/CNPq), do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro Brasileiros (NEIAB/CNPq) e do Grupo de Estudos em Fenomenologia e Existencialismo (GEFEX), Universidade Estadual de Maringá, Maringá-Paraná, Brasil.

Lucia Cecilia da Silva, docente do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia, coordenadora do Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisa em Fenomenologia e Existencialismo (LIEPPFEX/CNPq) e do Grupo de Estudos em Fenomenologia e Existencialismo (GEFEX), Universidade Estadual de Maringá, Maringá-Paraná, Brasil.

contato: lucasdegabriel@outlook.com

lcsilva2@uem.br

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir acerca do epistemicídio como uma das formas de genocídio do existir negro na psicologia brasileira e por fim apresentar algumas contribuições iniciais da obra *Pele Negra, Máscaras Brancas* (1952/2008), do psiquiatra martinicano Frantz Fanon (1925-1961) para a ciência psicológica, no intuito de vislumbrar algum dos possíveis caminhos antirracistas para a atuação e a pesquisa em psicologia que quando recusa o outro enquanto produtor e produto do conhecimento, aceita o outro seguindo uma tradição ocidental humanística de integração e exclusão daquilo que o difere da norma vigente, não só negligenciando como marginalizando, silenciando e matando. Para tanto, utilizou-se do acervo disponível na biblioteca do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros- NEIAB/UEM e de obras de acervo pessoal, além do uso de artigos e teses que nos auxiliaram para o cumprimento do objetivo proposto.

PALAVRAS-CHAVE: Epistemicídio. Psicologia. Antirracismo



INTRODUÇÃO

Na noite de quarta-feira, 14 de abril do ano de 2018, Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro, mulher, negra, bissexual, favelada e periférica foi executada, alvejada por tiros junto a Anderson Pedro Gomes, que na fatídica noite fazia o trabalho de motorista e dirigia para Marielle como um trabalho temporário, pois estava desempregado. O alvo era a mulher negra e Anderson acabou pagando com a vida também. Marielle estava onde queria e acreditava dever estar: após sair da “Casa das Pretas”, no centro do Rio de Janeiro, quatro tiros, todos na altura da cabeça, nove tiros no total foram endereçados a vereadora, três deles acabaram acertando o motorista nas costas. Nas investigações da Polícia Civil consta que as balas utilizadas eram de um lote pertencente a Polícia Federal de Brasília, vendido para a mesma no ano de 2006.

Marielle Franco se fazia presente na encruzilhada de opressões que a transpassavam por todos os lados, tais como tiros, tais como balas de uma 9mm, ela e mais da metade da população brasileira que segundo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2016 é negra. Mas não lutava apenas por si, tão pouco lutou sozinha. A militante feminista sabia que lutar pela sua existência era lutar pela existência de todas e todos que anseiam por uma sociedade contra todas as desumanidades. Naquilo o que a desumanizavam era o que a tornava humana: lutou pelos direitos humanos, do policial ao cidadão comum-refém¹.

Passaram-se dias por sob o choro e os gritos “Marielle Presente” daquelas pessoas que junto dela morreram um pouco mais, estilhaços das balas que não atingiram apenas sua assessora que a acompanhava e foi a única que sobreviveu aquela noite, mas que atingiu também milhares de pessoas negras. O luto não foi respeitado e a lógica do genocídio da população negra vigente no Brasil como canta Façção Central prosseguiu.

Além das inúmeras mortes contabilizadas em estatísticas de pessoas negras no Brasil, no dia 8 de Abril, Marcello Siciliano, homem negro, que havia prestado

¹ Alusão à música Cidadão Comum Refém do rapper Mv Bill em parceria com Chorão (Charlie Brown Jr.).



depoimento dois dias antes no caso de Marielle, foi encontrado morto na cidade do Rio de Janeiro. Segundo os dados colhidos pelo Mapa da Violência (2016), o Brasil está entre os dez países que mais mata por armas de fogo no mundo e a cada 23 minutos mata um jovem negro e periférico.

A lógica do genocídio da população negra brasileira não se restringe apenas às ruas das cidades brasileiras resguardando os espaços acadêmicos. A neutralidade defendida, de uma maneira geral, pelas ciências humanas, bem como a ciência psicológica com seus métodos pautados pela cartilha positivista, não só silencia, apaga, bem como mata aqueles e aquelas que num plano social não compõe a faixa dos sujeitos auto-universalizados e que gozam de sua não racialização em detrimento daqueles que fruto da possessão colonial no mundo e sua lógica são demarcados por sua raça, uma humanidade a parte do discurso pretensamente humanizador da psicologia.

No entanto, o conceito de raça não pode ser definido como uma categoria ontológica nem mesmo segundo critérios biológicos fundamentados na ciência do século XIX e XX, o que não implica afirmar segundo o cientista social negro Carlos Moore (2007) que a categoria de raça não exista enquanto construção sociopolítica. De acordo com o antropólogo negro Kabengele Munanga (2003) sobre a ilusão da raça, a sociedade desembocou numa chamada operação de hierarquização estabelecendo assim uma escala de valores entre as chamadas raças, e dela relações entre os aspectos biológicos, com as qualidades psicológicas, morais, de intelecto e culturais.

Nessa perspectiva as raças humanas não existem, contudo, as desigualdades em consequência de sua criação e utilização dela para tais fins, são inegáveis.

E segundo Mbembe (2014, p. 25) está na criação da categoria da raça-negra-oriunda-da-África, um quase humano: a origem de inúmeras catástrofes de responsabilidade humana no decorrer dos séculos; causando “devastações físicas inauditas”, e “incalculáveis crimes e carnificinas”, entre elas a escravidão.

A escravidão negra no Brasil e no mundo, fundamentada em ideias religiosas partilhadas por uma minoria branca racista, e para o cumprimento dos seus altos objetivos comerciais de colonização e obtenção do monopólio da terra, tem ainda



refletido nos dias de hoje, estruturando a sociedade e as relações estabelecidas por esses sujeitos sociais. Imbricada às questões econômicas e aos processos culturais, segundo Maria André (2007, p. 28) os mais de 300 anos oficiais do sistema escravocrata em terras tupiniquins chegou a computar mais de 50 milhões de pessoas africanas trazidos ao Brasil.

Resultante desse longo processo histórico, o Brasil, segundo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2014, é o país com o maior contingente de pessoas negras fora do continente africano, chegando a corresponder atualmente à 53,6% da população total, tendo assim a segunda maior população negra no mundo, ficando atrás apenas da Nigéria, país africano. Tal situação, configura o que hoje conhecemos como a diáspora africana.

Contudo, corresponder à maior parte da população, não livrou as pessoas de cor negra da desigualdade social, econômica e racial. Assim, a população negra é vítima de um racismo estrutural. Numa lógica de igualdade formal continua compondo as marginalidades e servindo de base para uma sociedade pautada no racismo. Para Jones (1973), o racismo não se trata apenas de um preconceito individual, mas se encontra articulado tanto na esfera do individual como na institucional e cultural, uma vez que as pessoas negras, historicamente, passaram a ser vistas pelos olhos ocidentais como inferiores e primitivas, e assim consideradas submissas ante a determinados grupos humanos, estruturando-se assim uma hierarquização de raças

De acordo com Almeida (2017), nos referimos à problemática do racismo como um problema estrutural e afirmarmos que este deve ser analisado como um processo político e histórico.

No lançamento da obra *Mulher, Raça e Classe* da filósofa Angela Davis no Brasil, traduzida para o português brasileiro pela primeira vez somente no ano de 2016, a filósofa Djamila Ribeiro (2016) ao inaugurar sua fala, comentando o lançamento tardio da obra da pensadora feminista americana no Brasil, nos atenta para as ausências referentes à população negra nos espaços acadêmicos nos seus mais diversos âmbitos como uma das formas de genocídio da população negra. Um tipo de morte para aqueles



e aquelas que lutam pela sua sobrevivência nesse espaço e fora dele, utilizando o conceito de Epistemicídio cunhado por Boa Ventura Santos e recentemente ampliado pela filósofa brasileira Aparecida Sueli Carneiro, em sua tese de doutorado “A construção do outro como não ser como fundamento do ser”. Em sua tese a filósofa entende o epistemicídio para além apenas da “anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, como entendido por Boa Ventura, mas também como um processo persistente de produção da indigência cultural. (CARNEIRO, 2005)

Posto isso, o presente trabalho tem como objetivo discutir acerca do epistemicídio como uma das formas de genocídio do existir negro na psicologia brasileira. Para tanto, utilizou-se do acervo disponível na biblioteca do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros – NEIAB/UEM e de obras de acervo pessoal, além do uso de artigos e teses que nos auxiliaram para o cumprimento do objetivo proposto. Tal texto é parte de algumas reflexões iniciais presentes na dissertação de mestrado do primeiro autor que orientado pela segunda se encontra em desenvolvimento no Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá.

DOS SUJEITOS UNIVERSAIS E DOS SUJEITOS MARGINAIS

Concomitante a minha entrada no mestrado meu pai viajara a trabalho ao continente africano. O país era a Angola, dentre as maiores capitais do mundo, a cidade de Luanda. Colonizada também por Portugal, o português é a língua oficial do país, contudo não é a mais falada entre angolanos e angolanas. Segundo as experiências de meu pai as pessoas falavam em inúmeros dialetos locais como o umbundo e o kikongo. Como exprime Daniel Sassuco (2016, p. 200) a situação do linguajar colonial local: “o português em Angola não se encontra no seio da sua cultura, o que implica que existem muitas influências culturais das línguas nacionais no português. ”. E conclui reafirmando a plurilinguística e multiculturalidade da configuração linguística de Angola convivendo as línguas bantu, línguas identitárias e culturas dos angolanos e o português.



Assim, a sua volta ao Brasil foi marcada por inúmeras histórias e lembranças trazidas de Angola contadas não apenas no idioma em comum do colonizador, mas também em algumas tentativas de sentenças aprendidas nos dialetos angolanos.

Dentre a bandeira do país, pinturas locais, objetos e alguns adereços trazidos, estava a imagem de aproximadamente de 20 centímetros dum sujeito negro esculpido em madeira com os traços demarcadamente grossos, largos e os olhos fechados já sem os cabelos e sentado ao chão de cócoras com as mãos por sobre a cabeça.

A imagem não me era totalmente estranha, logo resgatei em minha memória aquela estatua em alguns dos livros presentes no acervo disponibilizado pelo NEIAB/UEM do qual iniciei minha participação em 2017 e em algum dos meus livros de acervo pessoal que discutiam os temas de raça.

De acordo com as pessoas que o venderam, a estátua é uma espécie de fotografia esculpida do momento final da vida de um pensador (a) de Angola, um sujeito angustiado pelo futuro de seus pares e que morreu de fome e preocupação, pensando em como libertar o seu povo das garras da colonização europeia em suas terras. Esta figura que não recorria nem a uma sexualidade ou gênero, refletia sobre seu tempo, sobre seu povo e as atrocidades sofridas que os afligiriam no decorrer dos séculos.

Sobre a escultura do pensador angolano:

As premissas interligam-se e prevalece a importância de perceber o Pensador no seu contexto [...]. Ela representa a figura de um ancião, que pode ser uma mulher ou um homem. Concebida simetricamente, face ligeiramente inclinada para baixo, denota um subjetivismo intencional. Em Angola, os idosos ocupam um estatuto privilegiado. Eles representam a sabedoria, a experiência de longos anos, os conhecedores dos segredos da vida. A dinâmica emprestada a esta peça reflete o alto conhecimento e a intenção estética do seu autor (anônimo) [...] (Embaixada da República de Angola Belgrado-Sérvia, 2011, paginação irregular).

Bastante diferente do que acontece com a imagem esculpida do pensador africano não foram poucos os livros no início da graduação de psicologia que traziam a imagem da estátua europeia do Pensador, idealizada e esculpida pelo francês Auguste



Rodin (1840-1917) no ano de 1880 sob encomenda do Estado francês como forma de representar o personagem Dante Alighieri da obra Divina Comédia. Sua imagem no Brasil é presente não só nos livros, mas em documentários, objeto de decoração, estampado em camisetas, amplamente difundido em nosso imaginário social.

Maristela Carneiro coloca sobre a obra (2016):

[...] O pensador[...]. Mergulhado em pensamentos, [...] encontra-se diante da mesma problemática: a transitoriedade humana. A obra combina certa tensão, em virtude da introspecção do personagem, com força latente. O cuidado anatômico é inspirado por Michelangelo e agrega realismo e dramaticidade, elementos próprios da obra de Rodin, cuja exteriorização é resultado do processo criativo do escultor, que tenta conciliar as forças internas e externas da composição. (p. 175)

Na década seguinte a estátua foi ampliada em seu tamanho conquistando o status de uma obra independente, sendo replicada em várias triagens, uma delas entregue de presente a cidade de Paris e instalada no Panteão, um dos monumentos mais importantes da França. Tornou-se assim, a representação daquele que pensa ou melhor, do sujeito humano. Rodin tinha como objetivo reproduzir a verdade e não apenas a superfície (DUGUET, C., GRUNBERG, L. F, 2016)

Dois pensadores, de diferentes lugares e esculpidos por diferentes mãos. O primeiro por mãos negras e anônimas, o segundo por um renomado escultor francês. O primeiro é negro, o segundo universal, um patrimônio da humanidade, o outro não. O que confere a universalidade a um pensador e a marginalidade a outro?

Parafraseando Frantz Fanon (2008) o pensador negro não é um pensador, é um pensador negro.

Ao subtrair o mundo entre os ditos conquistadores e por conseguinte os seus conquistados, legitimou-se o eurocentrismo que estabelece o homem branco, a saber o homem ocidental, heterossexual e cristão como sinônimo de humanidade, tão logo o seu saber como único e verdadeiro. Enquanto o outro, o pensador negro, é uma humanidade a parte, um pensador “negro”, a parte do pensador “humano”. E nesse sentido como nos



diz Fanon receoso por seus “irmãos de cor”, o negro não é um homem, é um homem negro. (FANON, 2008)

Assim para que invoquemos o sujeito negro pensante ou para sinalizarmos qualquer que seja o sujeito pensante que não o branco, não basta que o chamemos por “o pensador”, “o homem”, “a mulher”, é necessário racializá-los “o pensador negro”, “a mulher negra”, “a criança negra”, “o jovem negro”. O universalizado pensador, não. Este pode falar por estes e por aqueles, pois branco, a representação do colonizador, é desprovida de uma cor. É, portanto, neutro, é humano e “capaz de generalizar em si mesmo toda a humanidade”.

Segundo Vieira (2006) a visão eurocentrista ao abstrair elementos comuns a muitos grupos étnicos, articulou uma visão generalizada a partir das civilizações grega e romana, suas particulares referências clássicas. Por isso, o eurocentrismo trata de um centrismo específico, ou seja, um modelo europeu de civilização autoposto em estágio mais avançado de civilização, de saber e de humanidade, inferiorizando as culturas conquistadas como “arcaicas, primitivas e estáticas” (p.3), tornando essa suposta superioridade ocidental, internalizada pelo próprio colonizado – seja o preto, o amarelo, ou o vermelho.

Sem embargo, segundo o autor “índios americanos ganharam à imagem do nobre selvagem, e os asiáticos a fama do saber já morto”, porém, ”nenhuma cultura foi considerada mais primitiva ou arcaica do que as africanas. ” (p.4) E ainda destaca o autor que comumente nas pesquisas científicas o eurocentrismo se encontra associado como uma forma de etnocentrismo, o que isenta o pensamento eurocêntrico dos seus processos violentos de falsificação histórica, para impor o que deveria ser específico de uma população como universal a todos os povos do mundo. (VIEIRA, 2006).

Verdade é que por muito a Europa se colocou como o berço do mundo, o bairro mais civilizado da gigante terra, e o homem universal europeu, o dono:

O ocidente inventou um “direito das gentes”. Só ele conseguiu edificar uma sociedade civil das nações compreendidas como um espaço público de reciprocidade do direito. Só ele deu origem a uma ideia de ser humano com direitos civis e políticos,



permitindo-lhe desenvolver os seus poderes privados e públicos como pessoa, como cidadão que pertence ao gênero humano e, enquanto tal, preocupado com tudo o que é humano. Só ele codificou um rol de costumes, aceites por diferentes povos, que abrangem os rituais diplomáticos, as leis da guerra, os direitos de conquista, a moral pública e as boas maneiras, as técnicas do comércio, da religião e do governo. (Mbembe, 2014, p. 28)

Já, o restante do mundo:

Figura, se o for, do dissemelhante, da diferença e do poder puro do negativo – constituía a manifestação por excelência da existência objectal. A África de um modo geral, e o Negro, em particular, eram apresentados como os símbolos acabados desta vida vegetal e limitada. Figura em excesso de qualquer figura e, por tanto, fundamentalmente não figurável, o Negro, em particular, era o exemplo total deste ser-outro, fortemente trabalhado pelo vazio, e cujo negativo acabava por penetrar todos os momentos da existência – a morte do dia, a destruição e o perigo, a inominável noite do mundo. (Mbembe, 2014, p. 26)

Vejamos o que Hegel (1770-1831), pensador branco europeu, pertencente ao cânone filosófico, e um dos filósofos responsáveis pela noção moderna de humanidade, dos direitos civis e políticos, o pai da dialética moderna, tem a dizer sobre o negro:

O caráter tipicamente africano é por isso, de difícil compreensão, pois para apreendê-lo temos que renunciar ao princípio que acompanha todas as nossas ideias, ou seja, a categoria da universalidade. A principal característica dos negros é que sua consciência ainda não atingiu a intuição de qualquer objetividade fixa, como Deus, como leis, pelas quais o homem se encontraria com a própria vontade, e onde ele teria uma ideia geral de sua essência. Em sua unidade indiscriminada e compacta, o africano ainda não chegou a essa distinção de si como indivíduo e de sua generalidade essencial. [...] O negro representa, como já foi dito o homem natural, selvagem e indomável. Devemos nos livrar de toda reverência, de toda moralidade e de tudo o que chamamos sentimento, para realmente compreendê-lo. Neles, nada evoca a ideia do caráter humano. (HEGEL, 1999, p. 83-85.)

Pai fundante da moral e da ética ocidental em sua obra póstuma *Filosofia da História*, original de 1837, também afirma que por não possuir uma consciência ou



linguagem, o africano não pode ser considerado assim um sujeito histórico e por isso esses sujeitos –negros, logo, africanos- foram excluídos de sua análise histórica.

No entanto, Hegel, é apenas um dos exemplos da filosofia canônica que podemos nos fazer uso para fundamentar o racismo europeu e não devemos aqui cometer o mesmo erro de “centralizar” o problema do racismo nas figuras de Hegel ou Voltaire, uma vez que a inferioridade do negro, ou melhor a ausência de humanidade no negro, foi decretada pelas ideias iluministas desde o século XVIII.

Nessa perspectiva racista, o outro, o negro, marcado pela diferença, é aquele que não visto pelos olhos brancos como um sujeito de possíveis, nesse sentido é também marcado pela indiferença, um outro do qual não é “relacionável” ao branco o centro das relações humanas. Um quase ou um não humano, ou o oposto da inteligência, mesmo que comparado ao bárbaro branco como afirma David Hume (1711-1776), que serve de suplementação para as colocações racistas na filosofia de Immanuel Kant (1724-1804) ao afirmar que o negro ex escravo livre é incapaz de uma produção intelectual, ou em Montesquieu (1689-1755) ao justificar a escravidão pela força bruta do negro incapaz de pensar reflexivamente (FOÉ, 2011)

Nessa perspectiva racista, o negativo, a representação do mal e do que ficou para trás no processo evolutivo e do qual pretende-se deixar para trás, abandonar e destruir. O que não pensa e não poderia ser representado como um ser pensante, mas que mais próximo ao macaco corresponde a uma biologia determinante aos seus comportamentos e precisa ter seu corpo domado, se não destruído, pois este é destituído do pensamento racional, movido pelas paixões, um puro corpo. (FAUSTINO, 2014)

A psicóloga, artista e escritora Grada Kilomba (2014) nos auxilia ao falar sobre a pretensa mentira europeia numa perspectiva de descolonização, subvertendo a lógica colonialista do silêncio imposto ao negro quando problematiza a autouniversalização do sujeito branco em contrapartida do silenciamento do seu outro. Nesse sentido tudo aquilo o que não é o branco, logo a norma, é o outro, o diferente que não correspondente a universalidade humana que é branca, é uma maneira específica de vida, o anormal.



A intelectual negra, em uma entrevista para a filósofa negra brasileira Djamila Ribeiro exemplifica ao dizer que as pessoas brancas não precisam se ver como brancas, apenas como pessoas, pois essa é a equação colonial mentirosa: se eu sou uma pessoa branca, logo eu sou uma pessoa. (KILOMBA, 2016)

“Diferente de quem? Quem é diferente? Tu és diferente de mim ou eu sou diferente de ti?” Questiona Kilomba (2016).

Para a intelectual, essa não racialização do homem branco é o que mantém a estrutura colonial e o racismo e assim a diferença não teria um só único ponto de partida para a demarcação do diferente, pois a norma enquanto ponto de referência caberia aos dois polos dos quais um difere-se do outro reciprocamente e não mais unilateralmente como a mentira colonial conta.

Seguindo a lógica eurocentrista e racista, em proveito de um “eu” se elimina o outro da relação dialética. Nesse sentido racista o pensador (a) negro (a), incapaz de uma intelectualidade, uma forma objetiva de conhecimento teórico e prático, pois não é deve este representante o humano, uma vez que a humanidade não é apenas negra, deve pensar apenas as especificidades, quando não secundárias, sem importância alguma para a história universal e humana.

Para exemplificar: pensadores (as) negros (as) devem se ater a pensar as questões sobre racismo, nada mais lhe competem. Não estão aptos para discutir outros assuntos que importem a todos (as), apenas “problemas negros”, como se o chamado “problema negro” não fosse de toda uma criação europeia e só possível a partir do saber eurocentrista e racista desembocado nas colonizações, escravidões e no capitalismo. O negro é, portanto, a superfície da qual Rodin não queria representar. Assim o negro não representa a verdade da existência, o negro é mesmo a mentira moderna.

Aqueles que não são europeus não podem almejar o status de universalidade, são apenas outros. É possível falar em cultura negra, indígena, árabe, japonesa, mas soaria estranho pensar em cultura branca. Uma pessoa considerada “cultura” é aquela que detenha os conhecimentos referentes às especificidades culturais europeias. O outro (o negro) – aquele que pode ser



especificado-desaparece quando se pensa o ser humano universal. Ele é “invisibilizados”. (FAUSTINO, 2014, p. 82-83)

Parafrazeando Souza (2009 apud Faustino, p. 86, 2014) “até que se prove o contrário” o negro não é sábio, não é detentor de razão, não é um professor educador, não é pesquisador, não é conhecimento, o negro é um suspeito e o espaço acadêmico não é um lugar reservado a ‘indivíduos suspeitos’”.

A triste verdade é que assim como a estátua O pensador de Rodin é inconcebível com o pênis ereto, o negro é inconcebível nos espaços de poder reservados ao administrador onipotente (saber, tecnologia, civilização). Seja pela pretensa dimensão animalizada de sua corporeidade, seja pela necessidade de adestramento constante neste esquema de subalternidade, o homem negro representa uma constante ameaça a ordem simbólica (FAUSTINO, 2014, p. 86)

Ao tratar do silenciamento referente às contribuições fanoninas sobre as causas terceiro mundistas no Brasil, Faustino (2015) afirma a exitosa e próspera efetuação do racismo moderno o que não nos permite pensar autores negros como pensadores, produtores de conhecimento, seres dotado de razão crítica, pontuando que mesmo em situações de quando esses indivíduos conseguem romper com essa barreira e ascender na academia, por exemplo, essas produções são negligenciadas até mesmo por indivíduos de ideologia progressista, sendo o racismo acadêmico uma prática não só daqueles que apoiam a sucessão do capital por sob o outro, como daqueles que se dizem luta pelo bem comum de todos, incluindo o outro, o restante, o negro.

De acordo com Mbembe (2014) é esta negação de humanidade, ou seja, este estatuto de inferioridade que obriga o discurso dos negros a inscrever-se, desde as suas origens, numa tautologia: “também somos seres humanos” e conseqüentemente reafirmar o homem negro também como produtor de conhecimento. (MBEMBE, 2014)

No entanto, não pretendo negar nem mesmo inferiorizar o pensador ocidental representado pela estátua de Rodin e suas correntes de pensamento, mais uma vez parafrazeando Fanon (2008), trata-se de “deixar o pensador livre” de sua inferiorização e reafirmar o pensador africano e os filhos e filhas da diáspora como sujeitos também



dotados de intelectualidade. Seja na relação dialética entre o pesquisador (a) e o colaborador (a), o professor (a) e o aluno (a), o psicólogo (a) e o paciente (a), enquanto também sujeitos de possíveis.

E por que falo em deixar o pensador livre, e não em deixar o pensador negro livre dessas amarras apenas? Pois se através dessa hierarquização colonial o negro é inferiorizado, o branco é elevado a um patamar do qual também não corresponde, como uma figura superior. A intenção aqui é de libertar a ambos de suas ilusões. O negro que foi iludido pelo branco que iludiu a si mesmo.

Para isso, como nos fala Aimé Césaire (1997) tomamos vantagem sobre o discurso colonial mentiroso acerca do outro-nós-sujeitos da diáspora africana e frutos da escravidão e da colonização europeia, nos dando a chance de não sermos apenas o contraponto do (eu) ropeu, e sim de sermos o eu para o qual o branco é também o nosso outro; onde também possamos ser referência das relações humanas sem excluirmos o outro da presente relação dialética.

Tal atitude segundo Césaire (1987, apud Mbembe, 2014, p. 265) é não apelar a este reducionismo europeu e afirmar e reafirmar que o mundo é plural e que a Europa, apenas faz parte do mundo e não representa todo o mundo.

Isto posto está no fenômeno do racismo colonial antinegro a base para a compreensão do processo violento de marginalização, silenciamento, exclusão, inferiorização e genocídio do negro também na ordem do pensamento, da razão e do conhecimento fora e dentro da academia.

Certamente alguns dirão do caráter descontextualizado dessas reflexões, e não negarei que o objetivo deste trabalho não passa pela análise do pensamento racista na filosofia, nem nas ciências humanas ou na saúde. Aliás, reitero que esse não seja o objetivo e que para isso há produções de dentro e fora da academia sobre o tema. Assim como na ausência imagética do pensador de angola, faz-se também inevitável questionar a ausência de pensadores e pensadoras negras no campo vivido e material: o silenciamento dos sujeitos negros nas grades curriculares de psicologia no Brasil, por exemplo.



Quais são as referências intelectuais não brancas na psicologia? Num país colonizado por portugueses e que por mais tempo escravizou pessoas, quais das nossas disciplinas entendem o racismo como fenômeno fundamental para a constituição de subjetividades no país e estendem conseqüentemente sua importância para as práticas psicológicas? Quantos dos professores (as) são da cor negra, quantos psicólogos (as) o são?

Tais questões aqui não dizem respeito a uma procura por números e estatísticas, e dessa forma não serão ao seu todo respondidas, no entanto nos permite algumas reflexões sobre o lugar do negro na psicologia.

O ESPISTIMICIDIO E A MORTE DO SUJEITO NA PSICOLOGIA

A alguns meses de completar o segundo ano do golpe de Estado de 2016 contra a jovem democracia brasileira, e após a morte de Marielle Franco, é o ano em que completa 15 anos de existência da Lei de nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e culturas afro-brasileiras e africanas na educação básica e superior. Este foi um direito não concedido, porém conquistado pelos movimentos negros do Brasil e uma das primeiras leis assinadas pelo ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva, preso neste ano, sem que fosse julgado pelas acusações que sofre em todas as instâncias a que tem direito recorrer, se seguida fosse a Carta Magna.

Na busca por construir uma nova visão acerca do negro, a elaboração dessa lei pelo Legislativo, segundo Silva (2010) se deu a fim de efetivar o objetivo fundamental da República Federativa do Brasil constante do art. 3º., IV, da Constituição Federal de 1988, que consiste em “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Ainda de acordo com Silva (2010) tal lei traz a possibilidade de desconstrução de um imaginário racista, visando construir uma nova mentalidade em relação à cultura negra e dos afrodescendentes no Brasil.



Como nos mostra a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização – SECADI/MEC em conjunto a Subsecretaria de Políticas de Ações Afirmativas – SEPPIR, no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana:

“A Lei 10639, de 9 janeiro de 2003, é um marco histórico. Ela simboliza, simultaneamente, um ponto de chegada das lutas antirracistas no Brasil e um ponto de partida para a renovação da qualidade social da educação brasileira. (...). Na política educacional, a implementação da Lei 10639/2003, uma das primeiras leis sancionadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, significa estabelecer novas diretrizes e práticas pedagógicas que reconheçam a importância dos africanos e afro-brasileiros no processo de formação nacional.” (BRASIL, 2009, p.13)

Neste mesmo período, um ano antes à aplicação da Lei 10.639/2003, a Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia – CFP criou a campanha “O Preconceito Racial Humilha”, gerando a discussão acerca do racismo como produtor de sofrimento psíquico, o que resultou posteriormente na resolução do CFP nº 018/2002 estabelecendo as normas de atuação para os psicólogos (as) em relação ao racismo. A resolução consiste em 7 artigos e resolve:

Art. 1º - Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo.
Art. 2º - Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a discriminação ou preconceito de raça ou etnia.
Art. 3º - Os psicólogos, no exercício profissional, não serão coniventes e nem se omitirão perante o crime do racismo.
Art. 4º - Os psicólogos não se utilizarão de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação racial.
Art. 5º - Os psicólogos não colaborarão com eventos ou serviços que sejam de natureza discriminatória ou contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatórias.
Art. 6º - Os psicólogos não se pronunciarão nem participarão de pronunciamentos públicos nos meios de comunicação de massa de modo a reforçar o preconceito racial.
Art. 7º - Esta



Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. (CFP, 2002, paginação irregular).

Diferentemente de seu histórico recente e longe de ser suficiente, porém necessário, nos últimos anos a psicologia através de eventos, das produções científicas e cartilhas de orientação profissional, tem mostrado certa preocupação em relação à temática racial, depois de sua significativa omissão em reconhecer o fenômeno do racismo como problemática social e, por conseguinte contribuir fortemente para a legitimação do mesmo enquanto estrutural no Brasil. A psicologia tem produzido cada vez mais acerca da temática do negro no Brasil, o que não quer dizer que cada vez menos a palavra “negro” seja tratada não como sinônimo de negativo em grande parte de sua produção (CRPSP, 2002)

Contudo, é possível afirmar que a Lei 10.639/2003 não tem sido aplicada. São poucas as grades curriculares no ensino de psicologia que a contemplam, incluindo conteúdos e disciplinas curriculares relacionados à Educação para as Relações Etnicorraciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes.

Em vias gerais, a psicologia enquanto disciplina do ensino superior, bem como ocorre com as outras disciplinas espalhadas nas diversas universidades pelo Brasil, por não cumprir com a aplicação da lei que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História, Cultura Afro-Brasileira e Africana no ensino superior e na educação básica, tem contribuído para a permanência de uma visão eurocêntrica, racista e brancocêntrica acerca do negro, que segundo Nogueira e Guzzo (2016) não só marginaliza como também mata outros sujeitos do conhecimento. O que me parece, não só colaborar com a marginalização epistemológica desses outros saberes que não o europeu, como também contribui com a marginalização desses outros sujeitos que não sujeitos brancos.

Ao racializar apenas o outro e construí-lo “não como um semelhante a si mesmo” a perspectiva eurocentrista conforme Mbembe (2014) pratica o altercidio. E devido ao fato de “não conseguir assegurar o seu controle total do outro, é preciso assim



proteger-se ou simplesmente destruí-lo. (BALDWIN, 1993, apud MBEMBE, 2014, p. 26)

Já, Abdias do Nascimento em sua obra *O Quilombismo* (1980) conceitua o processo de lavagem cerebral que visa castrar a capacidade de raciocínio dos indivíduos negros, como mentecídio. Para o autor, esta é uma ferramenta de controle social que contribui significativamente para a estratégia de aniquilamento total da população negra.

Essa negação em relação à legitimidade de outras formas de conhecimento e de outros sujeitos de conhecimento que não o hegemônico e do dominador é o que Boaventura (1997 apud CARNEIRO, 2005, p. 96) vem a chamar de epistemicídio, que para o autor, consiste em um “processo de destituição da racionalidade, da cultura e da civilização do outro”, “um modus operandi do empreendimento colonial” que constitui em um dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica e racial.

Boaventura (apud Carneiro, 2005) pontua também, ao desvelar a violência colonial, o genocídio empregado pelo colonizador como um epistemicídio, que se fez e se faz em proporções muito mais vastas e devastadoras que o primeiro, pois se realiza tanto no espaço periférico como no espaço central europeu à exemplo: subalternizando, subordinando, marginalizando ou até mesmo ilegalizando grupos sociais que são capazes de ameaçar a expansão capitalista. Em geral, um sistema contra todas as minorias.

Em concordância com Carneiro (2005), o epistemicídio aqui entendido está para além do apresentado por Boaventura e não se resume apenas na desqualificação do conhecimento do outro que não branco e, portanto, que não a norma. Como nos mostra a filósofa negra, é pela negação ao acesso à educação de qualidade; pela produção de inferiorização intelectual; pela deslegitimação do negro e da negra como portador e portadora de conhecimento; pelo rebaixamento da capacidade cognitiva aleivosamente justificada na carência material que o epistemicídio já se apresenta como um dos instrumentos colonialistas e conseqüentemente racistas mais eficazes, e completa:



Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc.” (p. 97).

Numa espécie de daltonismo-científico-acadêmico há aqueles que argumentarão não ver a cor no que tange às suas referências acadêmicas, estabelecendo certa neutralidade a partir de sua livre escolha refugiando-se em aspectos metodológicos para justificar a ausência negra. Conforme Aline Rocha (2016, p. paginação irregular) em seu artigo sobre a exclusão intelectual do pensamento negro na filosofia, bastante aplicável a ciência psicológica: “naturaliza as práticas excludentes, que não conseguem perceber que mesmo quando se escolhe “outras filosofias, escolhe a si mesma – redução ao cânone – privilegiando determinados modelos de compreensão e significado da filosofia”.

Num misto de esperança e resistência Mbembe (2014) aponta o atual momento que vivemos como o período em que a história e as coisas se voltam para nós, e a Europa deixa de ser o centro de gravidade do mundo.

Desse modo, como fala Kilomba (2016), é necessário desconstruir o racismo, é preciso então descolonizar as nossas mentes e nossos saberes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não seriam poucos os exemplos da visão psicológica negativa acerca do negro no campo da disciplina psicológica, tanto em sua literatura como em suas práticas, corroborando diretamente com o que discutimos anteriormente; para com toda a problemática estrutural racista no Brasil vigente hoje e que perpetua de inúmeras maneiras, dentre elas o genocídio desta população. Contudo também não nos seriam poucas as referências de autores e autoras negras, africanas ou da diáspora, capazes e necessárias de estarem nas matrizes curriculares dos cursos de psicologia, uma vez que



temos por intuito pensarmos o humano concreto e não a fulgurância presente no imaginário dos mais privilegiados com a estrutura racial brasileira.

A exemplo, Frantz Omar Fanon (1925-1961) um psiquiatra martinicano, nascido numa colônia francesa, a ilha da Martinica e falecido no ano de 1961 nos Estados Unidos enquanto lutava nas guerras contra a colonização e no tratamento de sua leucemia. Fanon muito contribuiu com a sua concepção da construção do racismo e como ele afeta a pessoa que nasceu com a cor da pele preta. Embora sua análise tenha sido feita a partir da comparação entre as Antilhas e a França, para ele pode ser aplicada em qualquer país vítima da exploração e dominação do sistema colonial, seja no Senegal, na Martinica ou em qualquer parte do globo, como no Brasil. (FANON, 2008)

Médico por formação, Fanon não deixou de engajar-se nem politicamente nem filosoficamente sobre as questões da colonialidade e os povos em países de terceiro mundo. Influenciado pelas filosofias de Sartre, Hegel, Marx, Cesaire, Sédhor, Diop, entre outros, Fanon incorpora em seus escritos a relação dicotômica enquanto necessidade de dialética entre colonizado-colonizador, branco e negro e senhor-escravo. Fanon (2008) aponta duas expressões desta dominação: pelo viés físico, com os aparelhos de repressão do estado, como a polícia, o exército e as práticas de torturas; e pelo viés subjetivo, através dos traumas acumulados do próprio processo de repressão simbólica. Ambos só possíveis, pela ideologia de dominação colonial: o racismo, que por si só é violento e mata, nas ruas, nas epistemologias.

Essa dualidade – entre o branco e o negro - é, portanto o que Fanon vem a chamar de duplo narcisismo, onde nos mostra o autor estar o negro trancado em sua negrura e o branco estar trancado em sua brancura. Por conseguinte, salientamos que para Fanon, é impossível uma análise do racismo e das suas consequências subjetivas, sem que se passe pelos dois polos, tanto do branco quando do negro (FANON, 2008). Cabe ressaltar que a alienação colonial para o autor de modo algum recai num subjetivismo, pois só há a alienação após um duplo processo, econômico e político, para então haver a interiorização desses fatores objetivos, processo que o filósofo irá chamar de epidermização, destacando a relação interna entre a consciência e o contexto social,



ou seja, para Fanon não há subjetividade sem a objetividade. É na obra *Pele Negra, Máscaras Brancas* que ele faz uma análise psicológica do sujeito de cor em um mundo colonizado.

Assim, à pessoa de cor negra, em todos os estereótipos que carrega é garantida sua desumanidade, o oposto do humano que é branco, branco cor da paz (FANON, 2008). Deste modo, a relação dialógica do “eu e do outro”, não acompanha a dicotomia do branco e do negro, ou seja, para Fanon (2008) à pessoa de cor negra não é reservado o espaço do “outro”, logo o negro além de não poder ser o “eu” na relação com o “outro”, perde também o seu lugar enquanto o “outro” em sua relação com o “eu”, ambos espaços reservados ao branco, pois o outro ainda assim é humano, o negro não. O negro não somente não é o pesquisador, como em raríssimos casos é o objeto da pesquisa e quando é, não é humano, é negro, é estereotipado, cristalizado, essencializado. O negro não é o professor (a), o psicólogo (a) quem dirá o paciente e quando for é o patológico.

“Afiml o que quer o Homem Negro?” é a pergunta pela qual Fanon (2008, p. 177) inicia a sua obra, questão essa que ele encontrara no final a sua resposta: “o homem negro quer ser reconhecido”. Afirmar, portanto, que o homem negro quer ser reconhecido, é a reafirmação que a pessoa de cor negra é um sim, uma afirmação ao mundo. Contudo para o filósofo, se a pessoa de cor negra buscar pelo reconhecimento, pela sua reafirmação enquanto pessoa, sujeito de sua própria história, qual é a cor do reconhecimento numa sociedade cindida pela colonização, quem é reconhecido nessa sociedade? O branco! O indivíduo de pele negra quer ser reconhecida, eis o porquê das máscaras brancas. (FANON, 2008)

Ora, vivemos num país forjado pelo racismo, onde a população negra compõe mais da metade da população total e isso, sem levarmos em consideração aqueles (as) que não se reconhecem enquanto negros (as). Em contrapartida, na prática essa mesma proporção não se efetiva em espaços acadêmicos. Diante do exposto, a necessidade urgente das obras de Frantz Fanon e de outros autores e autoras negras entrarem nas grades curriculares de psicologia não se dá apenas pela conveniência de uma diferente



visão de mundo e sim de uma visão necessária e fundamental para a construção de uma ciência psicológica antirracista que possa surgir das margens para as margens e que em suas práticas se faça humana e não mais, branca. Não mais racista tampouco não-racista e sim antirracista. Fanon, eis um exemplo de intelectualidade negra entre as milhares invisibilizadas, apagadas e mortas pela academia, que outrora presente nas nossas grades curriculares, não só nos possibilitaria uma melhor e mais ampla compreensão do humano em sua concretude como não nos permitiria retrocessos aos universalizarmos.

Assim como o racismo não deve ser entendido de modo factual, muito menos deve ser o racismo na psicologia e/ ou o epistemicídio. Pois, este conceito, como nos mostra Carneiro (2005) não trata apenas do fato do negro não estar na universidade, ou do fato das referências bibliográficas na academia não serem também negras, ou dos professores e professoras não serem negros ou negras, bem como os seus alunos em escolas particulares. Trata-se também de analisar dialeticamente esses elementos por consequência do racismo estrutural no Brasil, que se complementam a partir das nossas práticas e relações racistas estabelecidas socialmente, entre nós.

Nessa perspectiva, portanto, a psicologia quando recusa o outro enquanto produtor e produto do conhecimento, conseqüentemente, ou melhor, aceita o outro seguindo uma tradição ocidental humanística de integração e exclusão daquilo que o difere da norma vigente, não aceitando-o como um outro possível de conhecer e de ser conhecedor, mas como um outro possibilitado por mim (o branco) e pelo meu conhecimento, não na perspectiva de vítima mas de racista, a ciência psicológica não só negligência, como mata e silencia. Cooperava dessa maneira enormemente para um genocídio epistêmico da população negra, que como dito aqui, não só se resume na literatura utilizada em sala, ou no acesso desses alunos e alunas a essa literatura, mas sim a problemática estrutural racista que permite conferir a marginalização aos corpos negros como um destino comum e que não é a universidade, a morte de milhões de pessoas.

Bem sabemos os contáveis destinos conferidos aos negros e as negras no Brasil. Uma das tarefas da psicologia deve ser levantar-se em prol daqueles os quais um dia ela



levantou-se contra, aqueles e aquelas que em sua história com o silêncio contribui para com o seu genocídio, a morte de suas epistemologias e formas de conhecimento. É hora de uma psicologia que se faça antirracista, combatendo o racismo e não apenas se abstendo e conseqüentemente contribuindo para aquilo o que ela ajudou a legitimar em nosso país e no mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S. L. **Enciclopédia jurídica da PUC-SP**, 2017.

ANDRÉ, M. C. da. **O Ser Negro: Um Estudo Sobre a Construção de Subjetividades em Afro-Descendentes**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Distrito Federal, [2007](#).

CARNEIRO, M. **Desnudando a masculinidade: representações de nudez e seminudez na estatuária funerária paulistana (1920-1950)**. 2012, 342 p. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Goiás, 2016.

CARNEIRO, S. **A Construção do Outro Como Não-Ser Como Fundamento do Ser**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, [2005](#).

CÉSAIRE, A. **Discurso Sobre o Colonialismo**. (1ªed.). (Noémia de Sousa, Trad.). Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora. (Obra original publicada em 1959), 1997.

Conselho Federal de Psicologia (CFP). **Resolução CFP nº 018/2002**. Brasília, DF, 2002. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF.

Embaixada da República de Angola Belgrado-Sérvia. **Cultura e Arte**, 2011. Recuperado de <http://www.angolaembassy.org.rs/pr-about/cultura-e-arte>.

FAUSTINO (Nkosi), D. **O Pênis sem o Falo: Algumas Reflexões Sobre Homens Negros, Masculinidades e Racismo**. (p. 75-104). In: Blay, E. A. (org). **Feminismos e**



Masculinidades: Novos Caminhos para Enfrentar a Violência Contra a Mulher, (1ªed.), São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014

FAUSTINO (Nkosi), D. **“Por que Fanon, por que agora? ”, Frantz Fanon e o s Fanonismos no Brasil.** *Tese de Doutorado.* Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, [2015](#)

FANON, F. **Pele Negra Máscaras Brancas.** (1ªed.). (Renato da Silveira, Trad.). Salvador: EDUFBA. (Obra original publicada em 1952), 2008

FOÉ, N. **A Questão Negra no Mundo Moderno.** Sankofa, Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, 4 (8), 59-82. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88812/91693>, 2011

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Características Étnico-Raciais da População: Classificações e Identidades.** (Org). José Luis Petruccelli, Ana Lucia Saboia. Rio de Janeiro, Brasil, 2016. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>

JONES, J. **Racismo e preconceito.** São Paulo: Edgar Blucher, 1973

KILOMBA, G. **A Máscara.** (Jéssica Oliveira de Jesus, Trad.) Cadernos de Literatura em Tradução, 16, 66-79, [2014](#)

KILOMBA, G. **O Racismo é uma Problemática Branca** [Entrevista com Djamila Ribeiro], [2016](#). Recuperado de <https://www.cartacapital.com.br/politica/201co-racismo-e-uma-problemativa-branca201d-uma-conversa-com-gradakilomba>.

MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra.** (1ªed.). (Marta Lança, Trad.). Lisboa: Antígona, 2014

MOORE, C. **Racismo e Sociedade: Novas Bases Epistemológicas Para Entender o Racismo.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007

MUNANGA, K. **Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia.** 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação, PENESB-RJ. 1-17, mar, 2003.

NASCIMENTO, A. **O Quilombismo.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980

NOGUEIRA, S. G., & Guzzo, R. S. L. **Psicologia Africana: Diálogos com o Sul Global.** Revista Brasileira de Estudos Africanos, 1 (2), 197-218, 2016

RIBEIRO, D. **Angela Davis e a revolução da mulher negra.** (Debate mediado por Juliana Borges). Boitempo de São Paulo, 2016



SASSUCO, D. P. **Pistas Essenciais Para um Português de Angola.** (p. 199 -218). In: Leite, I. B., & Severo, C. G. **Kadila: culturas e ambientes - Diálogos Brasil-Angola.** São Paulo: Blucher, 2016

VIEIRA, F. S. S. **Do Eurocentrismo ao Afropessimismo: Reflexão Sobre a Construção do Imaginário da África no Brasil.** Revista em Debate, 33, 1-15, [2006](#)

WAISELFISZ J. **Mapa da Violência. Homicídios por armas de fogo no Brasil.** Instituto Sangari, 2016.